

CENTRO UNIVERSITÁRIO DO INSTITUTO MAUÁ DE TECNOLOGIA

**CONTRIBUIÇÕES DO MODELO DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO E
SUSTENTÁVEL: REFLEXÕES A PARTIR DE TRÊS EXPERIÊNCIAS
BRASILEIRAS**

São Caetano do Sul

2013

DOUGLAS CARVALHO DE OLIVEIRA

**CONTRIBUIÇÕES DO MODELO DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO E
SUSTENTÁVEL: REFLEXÕES A PARTIR DE TRÊS EXPERIÊNCIAS
BRASILEIRAS**

Monografia apresentada ao curso de Pós-Graduação
em Gestão Ambiental e Práticas de Sustentabilidade,
da Escola de Engenharia Mauá do Centro
Universitário do Instituto Mauá de Tecnologia para
obtenção do título de Especialista.

Orientador: Prof. Dr. Mauro Silva Ruiz

São Caetano do Sul

2013

Oliveira, Douglas Carvalho de

Contribuições do desenvolvimento local integrado e sustentável: reflexões a partir de três experiências brasileiras / Douglas Carvalho de Oliveira. São Caetano do Sul, SP: CEUN-EEM, 2013.
38p.

Monografia - Gestão Ambiental e Práticas de Sustentabilidade. Escola de Engenharia Mauá do Centro Universitário do Instituto Mauá de Tecnologia, São Caetano do Sul, SP, 2013.

Orientador: Prof. Dr. Mauro Silva Ruiz

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à todas as pessoas que lutam por um mundo melhor. Dedico também aos meus pais, que me criaram com amor, e que, com seus esforços, me deram todas as condições para que eu pudesse me desenvolver.

RESUMO

Esta monografia tem como finalidade realizar uma análise comparativa de três experiências nacionais de desenvolvimento local, considerando o modelo de “desenvolvimento local integrado e sustentável” (DLIS), trazendo reflexões sobre desafios a serem superados para que o modelo de DLIS possa ter um papel relevante na construção de uma sociedade mais justa e sustentável. Utilizaram-se diversas ferramentas de pesquisa, tendo como base os métodos de análise fenomenológico e o dialético, pois o trabalho considera o ponto de vista das pessoas que estão vivenciando a situação estudada; possui proposta crítica ao tema; tem interesse em práticas alternativas; além de estabelecer uma relação dialética entre teoria e prática (MARTINS, 1994; VERGARA, 1998), ao comparar o caso prático da ONG “ORPAS” com casos teóricos, ou ainda, ao enquadrar tais casos no modelo teórico de DLIS. As principais considerações finais sugerem que um projeto de DLIS deve ter em sua base o respeito às pessoas do local (processo endógeno), e também que a participação construtiva do poder público pode ser decisiva para o fortalecimento e perenidade das iniciativas.

Palavras-chave: Desenvolvimento local integrado e sustentável. DLIS. Desenvolvimento local.

ABSTRACT

This work has the objective of making a comparison between three national experiences about local development, considering the model “integrated and sustainable local development” (“DLIS”, portuguese acronym), bringing reflections about challenges to overcome in order to have DLIS as an important player to build a fairer and sustainable society. The study used a diversity of tools of research, having as basis the phenomenological and dialetic methods, since it considers the point of view of people that’s being living the situations; has a critical purpose to the theme; shows concern about alternative solutions; and also stablish a dialectical relation between theory and experience (MARTINS, 1994; VERGARA, 1998), when comparing the real case of the NGO “ORPAS” with theoretical cases, or, further, when framing these cases into the DLIS theory. The final considerations suggest that a DLIS project must have in its basis the respect to the local people (endogenous process), and also, that when government participates in a colaborative way, it can be crucial to strengthen and make the initiaves last longer.

Key-words: Integrated and sustainable local development. DLIS. Local development.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO E OBJETIVO	8
2 METODOLOGIA	11
3 DLIS: EM QUE MEDIDA PODE CONTRIBUIR PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA E SUSTENTÁVEL?	14
4 EXPERIÊNCIAS NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E DLIS	16
4.1 PROGRAMA MUNICÍPIO SUSTENTÁVEL - RIO DAS FLORES – RJ.....	16
4.2 PROJETO URBE SEBRAE - COMUNIDADE CARANGUEJO TABAIARES	19
5 A EXPERIÊNCIA DA ORPAS	23
5.1 PRINCIPAIS INICIATIVAS DA ORPAS.....	23
5.2 ANÁLISE CRÍTICA À LUZ DOS MODELOS DL/DLIS.....	24
6 APRENDIZADO DAS EXPERIÊNCIAS NACIONAIS – QUADRO SÍNTESE.....	27
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS	34
ANEXO A – Questionário de Entrevista ORPAS.....	36

1 INTRODUÇÃO E OBJETIVO

Como construir uma sociedade mais justa e sustentável? Esta é uma questão recorrente dos tempos atuais, para a qual as respostas têm sido não convergentes e complexas. Em adição, mesmo quando um grupo aceita determinada resposta para tal questão, seja este um grupo de estados dentro de um país, ou um grupo de países, as dificuldades de implantação das ideias, por vezes refletidas em acordos, são nítidas, e ocorrem por motivos diversos, tais como econômicos, políticos ou culturais.

Destaca-se ainda que tais ideias e acordos citados não procuram uma mudança sistêmica que altere a ainda predominante cultura do crescimento econômico baseada no PIB como principal indicador de sucesso. Talvez isto aconteça porque os próprios tomadores de decisão ainda estão tomados por esta cultura, o que implica em uma definição de prioridades sujeita à imposição de grupos ou classes (RATNER, 1999), que muitas vezes não reflete a real necessidade das pessoas.

Pensando neste visível processo de exclusão das pessoas dos processos decisórios, e assumindo ao mesmo tempo a necessidade de soluções alternativas de desenvolvimento, este trabalho procurou trazer luz à uma resposta factível e complementar que fosse independente de quaisquer processos atuais de desenvolvimento que a sociedade esteja adotando, tomando uma unidade socioterritorial delimitada como base de partida.

Tal solução, como será mostrada ao longo deste trabalho, e conforme sugerido por Medeiros, Cunha e Matos (2012), caracteriza-se por privilegiar a esfera local, favorecendo uma economia mais autônoma, deixando de lado o modelo tradicional mercadológico capitalista. Neste sentido, a solução – ou modelo – conforme postulado por Franco (2000), procura considerar as potencialidades naturais e humanas desta unidade socioterritorial delimitada, as quais, uma vez dinamizadas, traduzem-se no que se chama de desenvolvimento local.

O modelo a ser utilizado como base para as reflexões contidas neste trabalho também considera o desenvolvimento em um sentido mais amplo, não limitando-se apenas ao viés econômico. Ao colocar um olhar especialmente dedicado ao local, o modelo acaba por trazer sugestões que indicam um potencial contido nas próprias pessoas, que deve ser observado e, acima de tudo, respeitado, para que possa ser devidamente aproveitado.

O presente trabalho baseou-se então em um conceito de desenvolvimento local específico, para que os casos analisados pudessem ter uma plataforma de reflexão adequada. Tal conceito levou em conta principalmente os postulados de Franco (2000), que sugere o modelo de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, ou como será chamado adiante, apenas de “DLIS”.

Entretanto, cabe destacar que o modelo DLIS foi mais inspiracional do que estritamente seguido. Franco (2000), postula que o “sustentável” da sigla DLIS justifica-se pelo fato de que tal modelo, idealmente falando, poderia de fato contribuir para a construção de uma sociedade sustentável. Este trabalho acaba por concluir a favor desta ideia, mas não é o que será explorado com profundidade. Assume-se, através dos postulados de Franco (2000) e de outros autores, como se observa adiante, que o desenvolvimento local pode ser uma ferramenta importante para o desenvolvimento sustentável, mas é importante esclarecer que o “S” de sustentável, será abordado na análise dos casos como uma variável do modelo DLIS, ou seja, o quanto aquele caso em análise é sustentável ou não, no sentido de auto-sustentar-se, ou em outras palavras, no sentido de perenidade da iniciativa – ou projeto. E então, de forma similar, o “I” de integrado, será também considerado como uma variável do modelo DLIS nos casos abordados neste estudo.

Vale salientar, que esta adequação no conceito realizado pelo autor, justifica-se pelo caráter fenomenológico da metodologia utilizada, já que o presente trabalho apresenta proposta crítica ao tema, podendo furtar-se de validação que já foi conceituada, recorrendo então para o não pensado (MARTINS, 1994). A metodologia adotada pelo presente trabalho encontra-se no item 2.

Não obstante, cabe ainda destacar que este trabalho acabou por explorar o modelo DLIS especialmente quando aplicado em grandes centros urbanos devido à oportunidade de se realizar pesquisa de campo (MARTINS, 1994) em uma organização localizada na periferia da cidade de São Paulo. Este foco urbano veio a demonstrar-se interessante, uma vez que relatório recente da ONU informa que em 2010 a população urbana no Brasil já representava quase 90% da população - índice que, estima-se, seja superado por volta do ano de 2020 (PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LOS ASENTAMIENTOS HUMANOS, 2012). A urbanização, por si própria, não necessariamente é um problema, mas é possível dizer que em centros urbanos, ao menos no Brasil, as diferenças sociais são evidentes. Este mesmo relatório da ONU citado anteriormente mostra que, em 2009, no

Brasil, mais de 20% da população urbana vivia com renda menor ou igual a 2 dólares por dia, índice que já foi bem pior: 41% em 1990 e 34% em 2001. Ainda citando tal relatório, este último indicador deflagra outro: em 2007, quase 30% da população urbana brasileira vivia em favelas – índice acima da média para a região da América Latina e Caribe.

Por fim, levando este contexto em consideração, o presente trabalho pode ter seu objetivo determinado, que é o de analisar experiências nacionais de DLIS, levando em conta os aspectos “integrado” e “sustentável”, em especial quando aplicadas em periferias de grandes centros urbanos, realizando reflexões sobre desafios a serem superados para que o DLIS tenha um papel relevante na construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

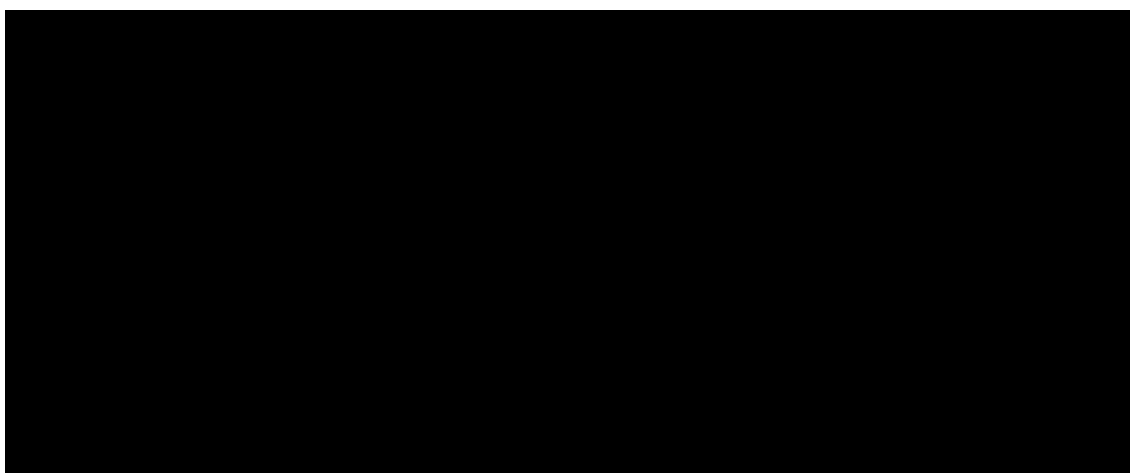
2 METODOLOGIA

Este trabalho surgiu da oportunidade de realização de pesquisa de campo (MARTINS, 1994) em uma ONG de cunho social e desenvolvimento local na periferia de São Paulo, a ORPAS, onde foi utilizada também a investigação exploratória, já que foi “realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado” (VERGARA, 1998, p.15). As conclusões iniciais levaram a crer que um melhor entendimento das características do modelo de desenvolvimento local integrado e sustentável (DLIS) passaria pela análise de outros casos.

A partir daí, houve a busca destes outros casos, os quais, baseados em estudo bibliográfico (MARTINS, 1994; VERGARA, 1998), permitiram o cruzamento e análise das variáveis que compõem o modelo de DLIS.

Portanto, cabe destacar inicialmente, que este trabalho utilizou-se principalmente do método comparativo, que “busca ressaltar similaridades e diferenças entre pessoas, padrões de comportamento e fenômenos” (VERGARA, 1998, p.15). Não obstante, ressalta-se que os casos utilizados possuem diferenças entre si, algo que se demonstrou interessante do ponto de vista de análise, pois permitiu observar aspectos que talvez não seriam possíveis entre casos similares. O quadro abaixo aponta as principais diferenças entre os casos analisados. Os aspectos da linha “A”, dizem respeito à natureza de atuação de cada ator e o local onde cada projeto desenvolveu-se; os aspectos da linha “B” dizem respeito à forma de atuação dos referidos atores.

Quadro 1 – Principais diferenças entre os casos analisados



Fonte: elaborado pelo autor.

É necessário observar, que a diferença dos casos não permitiu uma análise comparativa detalhada entre os casos, gerando uma limitação neste estudo. Tal limitação foi levada em conta, e por isso, definiu-se o foco de análise como sendo a comparação de elementos chave do modelo de DLIS, e não o detalhamento de cada caso.

Como já postulado, tais diferenças permitiram ângulos de análise que enriqueceram as conclusões. Cabe destacar que a possibilidade de realização de pesquisa de campo (MARTINS, 1994) na ORPAS, trouxe uma visão prática que permitiu uma melhor compreensão também dos casos onde foi utilizado apenas o estudo bibliográfico (MARTINS, 1994; VERGARA, 1998).

Tal pesquisa de campo na ORPAS apoiou-se ainda em entrevista por pauta (VERGARA, 1998), onde aspectos do local de atuação da ONG e do modelo DLIS, foram separados nos seguintes grupos: institucional, o local, desenvolvimento local, sustentável, e integrado. A pauta desta entrevista pode ser observada no Anexo A.

A consolidação da comparação entre os casos deu-se através de um “quadro-síntese”, onde foi então possível realizar uma investigação explicativa, procurando “esclarecer quais fatores contribuem, de alguma forma, para a ocorrência de determinado fenômeno” (VERGARA, 1998, p.15).

Desta forma, observa-se que o estudo acabou por utilizar-se de tudo que permitisse análise sobre os processos e interações dos atores e localidades, e por isso pode-se dizer que o mesmo enquadra-se em dois métodos-base, o fenomenológico e o dialético, uma vez que:

Tanto no método fenomenológico, quanto no dialético o pesquisador obtém os dados de que necessita na observação, em entrevistas e questionários não estruturados, nas histórias de vida, em conteúdos de textos, na história de países, empresas, organizações em geral, enfim, em tudo aquilo que lhe permita refletir sobre processos e interações (VERGARA, 1998, p.14).

Ainda de acordo com Vergara (1998), o método fenomenológico diz que algo só pode ser entendido a partir do ponto de vista das pessoas que estão vivenciando a situação que está sendo estudada, o que reforça a presença do método, uma vez que a entrevista aplicada na ONG já citada é utilizada para validar determinados conceitos do DLIS à luz do cruzamento com os demais casos. Vergara (1998) cita também que tal método pratica a hermenêutica,

pautada por técnicas não quantitativas (MARTINS, 1994), ou seja, pelo contrário, baseia-se na técnica qualitativa que é a tônica deste estudo.

Conforme postulado na introdução deste trabalho, o caráter fenomenológico deste estudo reforça-se também pela presença de proposta crítica ao tema, com interesse claro em práticas alternativas, furtando-se, por vezes, de validação que já foi conceituada, recorrendo então para o não pensado (MARTINS, 1994).

Já o caráter dialético, ou crítico-dialético (FAZENDA, 1989 apud MARTINS, 1994, p. 26), faz-se fortemente presente também, pois, ao apoiar-se na relação dialética entre teoria e prática (MARTINS, 1994), valida a utilização de um caso prático (ORPAS) para confrontar com outros casos teóricos, ou ainda, a junção desses casos reais *versus* a teoria DLIS. Cabe ainda destacar sobre sobre tal método:

[...] Privilegiam experiências, práticas, processos/históricos, discussões filosóficas ou análises contextualizadas. Suas propostas são marcadamente críticas e pretendem desvendar mais que o “conflito das interpretações”, o conflito dos interesses. Manifestam interesses transformadores. Buscam inter-relação do todo com as partes e vice-versa, da tese com a antítese, dos elementos da estrutura econômica com os da superestrutura social, política, jurídica e intelectual. (MARTINS, 1994, p.27).

Enfim, como se observa, este presente trabalho considerou o uso de diversas ferramentas e métodos de análise devido à necessidade constante de interpretação contextual e em função da pluralidade dos temas abordados, que envolvem questões sociais, econômicas, culturais e políticas.

3 DLIS: EM QUE MEDIDA PODE CONTRIBUIR PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA E SUSTENTÁVEL?

Se há uma forma de um determinado grupo em uma determinada localidade, por si próprio, promover seu desenvolvimento, isto é bom para todos: para o sistema, pois aquele grupo possui autonomia tal que não depende mais tanto do sistema; e para o grupo, pois ficará menos dependente de ações externas que venham a promover ou desagregar seu desenvolvimento. Isto também sugere que, se todas localidades fossem desenvolvidas, a soma das mesmas resultaria em um grupo mais desenvolvido.

Contribui para validar essa lógica - de que a soma de partes desenvolvidas resultaria em um todo mais desenvolvido - a própria existência da Agenda 21 Local, onde se acredita que a conquista da sustentabilidade passe pela implementação local de processos de desenvolvimento (FRANCO, 2000).

Seguindo ainda postulados de Franco (2000), também deve-se considerar o desenvolvimento local como importante ferramenta compensatória dos efeitos de uma economia globalizada, seja porquanto neste contexto torna-se necessário realizar a inserção competitiva dos locais nos mercados, seja porquanto torna-se necessário compensar os efeitos excludentes deste processo.

Não obstante, vale destacar que tais soluções locais podem ter maior relevância em um país com ainda altos índices de pobreza, como o Brasil. O postulado de Dowbor (2002), sugere que este tipo de solução local constitui uma ação política que pode trazer maior equilíbrio de poder:

Numa reunião que tivemos no quadro das fundações Rockefeller e Ford na Itália, pesquisadores norte-americanos apontaram para o fato de que estas pequenas experiências não modificam o essencial, o poder. Acho que se trata de uma incompreensão. Se numa rica cidade de país desenvolvido se faz o programa para o bolsa de pobreza local, a iniciativa pode ser vista como um paliativo. Num país como o nosso, onde a pobreza crítica atinge mais de cinquenta milhões de pessoas, organizar os pobres em torno dos seus interesses constitui sem dúvida uma ação política. Não é o poder que se gostaria, mas abre seguramente caminho para um melhor equilíbrio de poder no país (DOWBOR, 2002, p.48).

Conforme postulado no item 1, introdução, a base do conceito de desenvolvimento local adotado por este trabalho segue os postulados de Franco (2000), o qual adota o modelo de “Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável”, ou simplesmente, “DLIS”, que poderia ter sua existência reconhecida em iniciativas que seguissem as seguintes práticas:

[...] a capacitação para a gestão local; a criação de uma nova institucionalidade participativa [...]; diagnóstico e planejamento participativos; a construção negociada de uma demanda pública da localidade [...]; a articulação da oferta estatal e não-estatal de programas e ações com a demanda pública da localidade [...]; o fortalecimento da sociedade civil [...]; o fomento ao empreendedorismo [...]; e a instalação de sistemas de monitoramento e avaliação (FRANCO, 2000, p.60).

É possível observar nestas práticas sugeridas por Franco (2000) uma forte inclinação a características endógenas, segundo as quais a transformação positiva desejada aconteceria de dentro pra fora, com as pessoas da localidade de interesse sendo agentes participativos da transformação. Esta característica endógena reforça o postulado de Dowbor (2002), pois ao considerar uma maior autonomia das pessoas de fato sugere uma possível solução para maior equilíbrio de poder na sociedade, permitindo que a população local fique menos sujeita à imposição de prioridades provenientes de diferentes grupos ou classes (RATNER, 1999).

Não obstante, uma questão relevante a se considerar é o quanto esta característica endógena é complemento importante à simples ideia de desenvolvimento local. Já que “desenvolvimento local” pode ser dado como resultado de potencialidades locais dinamizadas (FRANCO, 2000), tais potencialidades precisam ser devidamente identificadas e promovidas. A questão que se coloca, portanto, é se a visão do poder público, ou ainda, se os interesses de mercado capitalistas são os que irão possibilitar o desenvolvimento que promove real impacto positivo na vida das pessoas. Contribui com este postulado o seguinte:

Pensar no desenvolvimento em uma escala micro, de comunidade ou bairro, é mesmo um contraponto à lógica do desenvolvimento global. Só que essa globalização toda nem sempre se aplica ao dia a dia das pessoas que têm de viver sua rotina no bairro, de vida comunitária e familiar (ROCHA, 2012, p.18).

Esta dificuldade das instituições políticas permearem a comunidade é mais evidente em grandes cidades devido à uma questão física. Quanto maior, mais difícil de enxergar as particularidades, e como essas particularidades se comunicam com o todo. Basta pensar na cidade de São Paulo, onde culturas do mundo todo convivem em um espaço em que quase todo tipo de atividade econômica se desenvolve, em um amplo e diverso espaço geográfico.

Portanto, o modelo específico de desenvolvimento local adotado por este trabalho, “DLIS”, ao ser fortemente pautado pela característica endógena, justifica sua razão de ser ao trazer luz ao problema apontado anteriormente, em que o poder do estado e do mercado são incapazes de operar real, duradoura e abrangente transformação em determinados locais desprivilegiados de sua atenção ou interesse.

4 EXPERIÊNCIAS NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E DLIS

Duas experiências serão analisadas neste item. Primeiramente, o Programa Município Sustentável, aplicado em Rio das Flores, no interior do estado de Rio de Janeiro. Segundo, o projeto Urbe Sebrae, aplicado na Comunidade Caranguejo Tabaiars, em Recife.

Em item seguinte, será analisado o caso da ORPAS, o qual possui certa similaridade com Caranguejo Tabaiars em termos geográfico e socio-político, mas a forma de implantação dos processos de desenvolvimento local se demonstrou completamente diferente.

Vale resgatar, contudo, que conforme postulado no item “metodologia”, essas diferenças foram fator de enriquecimento para as reflexões aqui propostas, nas quais o objetivo não foi o de realizar uma comparação detalhada entre as experiências, mas sim entre os elementos chave do modelo DLIS. Esta comparação, também conforme postulado na metodologia, culminou em um “quadro-síntese” que poderá ser observado adiante, no item 6.

4.1 PROGRAMA MUNICÍPIO SUSTENTÁVEL - RIO DAS FLORES – RJ

Frare e Sucupira (2005), no ciclo de premiação 2005 do Programa Gestão Pública e Cidadania, descrevem uma experiência de desenvolvimento local transformadora de Rio das Flores no período de análise da publicação. O município sofreu com a queda do ciclo do café, tendo sua população drasticamente reduzida entre a queda deste ciclo e o ano 2000.

Uma série de ações conjuntas, principalmente originadas pelo poder público, mas também pela sociedade civil e iniciativa privada, trouxeram vários benefícios à sua população. O projeto para a cidade, intitulado de “Programa Município Sustentável”, como Frare e Sucupira (2005) descrevem, teve sua ênfase na geração de emprego e renda, com foco principal na exploração do seu potencial turístico.

Como já postulado, “Diz-se que uma comunidade se desenvolve quando torna dinâmica suas capacidades” (FRANCO, 2000, p.28). Em Rio das Flores, o turismo foi a “capacidade dinamizada” que possibilitou seu desenvolvimento. Frare e Sucupira (2005) descrevem o aumento de mais de 400% no número de leitos oferecidos pelas pousadas locais entre os anos de 2001 e 2005, aumento que reflete outros investimentos prévios necessários a este crescimento, como “despoluição dos rios, abertura de trilhas para cachoeiras e construção de mirantes, além da preocupação com sinalização e limpeza dos locais” (FRARE; SUCUPIRA, 2005, p.129). Esta questão pareceu chegar a um ponto tão estratégico para a gestão local que,

“Em 2005, a prefeitura desmembrou o setor de turismo da Secretaria de Planejamento, criando a Secretaria de Turismo” (FRARE; SUCUPIRA, 2005, p.129).

Contudo, o turismo não poderia ser explorado sem que houvesse pessoas preparadas para possibilitar o aproveitamento desta vocação natural. Por isso, Franco (2000) destaca que, para tornar dinâmica uma determinada potencialidade:

[...] é preciso a reunião de vários fatores. Por exemplo, o nível educacional da população. A existência de pessoas com condições de tomar iniciativas, assumir responsabilidades e empreender novos negócios (FRANCO, 2000, p.29).

Neste sentido, Frare e Sucupira (2005) descrevem diversas iniciativas, a começar pelos investimentos diretos em educação, onde cabe o seguinte destaque:

[...] Entre 1998 e 2003, a rede municipal de Rio das Flôres teve 19% de aumento no número de estudantes e acréscimo de 26% no quadro dos professores. Os indicadores sociais apontam a evolução do município na questão educacional, demonstrando uma preocupação com a inclusão e a transformação social (FRARE; SUCUPIRA, 2005, p.130).

Além destes investimentos diretos em educação de base, foi possível observar também iniciativas educacionais diretamente ligadas ao turismo, como a parceria realizada com o Sebrae para capacitação de guias turísticos e sua contribuição para o ensino do turismo em escolas públicas. A questão educacional não parou por aí. Cabe citar ainda cursos de capacitação técnica, nos quais a prefeitura realizou parceria com diversas instituições para capacitar a população em especialidades como cabelereiro, depilação, mecânico, eletricista, piscicultura, carpintaria, entre outros.

Importante fator observado neste caso foi a integração existente entre as iniciativas. Há diversas situações onde foi possível notar que as ações se conectavam de alguma forma para atingir um objetivo comum. Como exemplo, alunos dos cursos de capacitação de costura industrial eram dirigidos para o trabalho em duas confecções do próprio município, as quais foram atraídas para lá graças à subsídios oferecidos pela prefeitura, ou seja, uma tripla conexão de iniciativas. Apesar deste exemplo não ser uma iniciativa diretamente ligada ao turismo, vale lembrar que o foco do programa Município Sustentável foi “geração de emprego e renda”, e que o desenvolvimento da potencialidade turística, enquanto cerne do programa de desenvolvimento do município, pode gerar demandas diversas de outras atividades econômicas que também irão impulsioná-lo.

Ainda refletindo sobre a existência da integração entre as iniciativas, foi possível perceber que de fato a administração pública levou a cabo esta questão. Destacam-se numerosas iniciativas em áreas como habitação, assistência social a crianças e adolescentes, saúde e saneamento e promoção da cidadania.

É possível dizer também que não apenas novas atividades econômicas são geradas no processo de desenvolvimento. Frare e Sucupira (2005) mencionam o aumento das atividades culturais e de lazer no caso em análise, atribuindo este aumento à articulação da sociedade civil organizada, o que demonstra, também segundo os autores, o aumento do nível de engajamento das pessoas com as questões locais. Outro fato que demonstra isso de uma forma bastante peculiar é o seguinte: “A formação de uma escola de samba, por iniciativa da própria comunidade, reflete o aumento do espírito comunitário” (FRARE; SUCUPIRA, 2005, p.131).

Um último fator de destaque neste caso de Rio das Flores, é a transparência adotada pela gestão pública e o envolvimento da população na tomada de decisões do município. Dois elementos demonstram isto. Primeiro, as Reuniões sobre Governança Local, onde “os cidadãos são convocados para debater o Plano Plurianual (PPA) e a Governança Local” (FRARE; SUCUPIRA, 2005, p.133); o outro elemento diz respeito à transparência - cartilhas de conscientização foram distribuídas com o intuito de esclarecer à população questões importantes como:

[...] as principais diretrizes da Lei de Responsabilidade Fiscal e as responsabilidades dos membros do executivo, com as punições a que estão sujeitos. Outros pontos trabalhados são os direitos e atribuições dos conselhos municipais, dos governos federal e estadual e como funcionam as licitações (FRARE; SUCUPIRA, 2005, p.133).

Como se pode perceber, a essência do Programa Município Sustentável é a forte e efetiva participação do poder público que assumiu este compromisso com o município e, através de ações sistêmicas, pode trazer considerável desenvolvimento para a cidade. Frare e Sucupira (2005) consideram também que “a articulação política parece ser a força motriz do Programa Município Sustentável”, cabendo destacar neste sentido:

[...] as secretarias possuem uma ação estratégica pautada em uma missão, a do desenvolvimento socioeconômico local. A visão não-departamentalizada é evidente no discurso dos gestores (secretários) e nas ações entre as secretarias, o que resulta em uma cooperação constante e efetiva, pouco suscetível aos jogos políticos predatórios (FRARE; SUCUPIRA, 2005, p.133).

Por fim, vale acrescentar que através de informações do IBGE (2010), pode-se verificar um crescimento vertiginoso do PIB de Rio das Flores no período em análise, assim como a manutenção do seu crescimento até o ano de 2010, confirmando-se então que o município de fato entrou em um círculo virtuoso de desenvolvimento, reforçando o postulado de Frare e Sucupira (2005), de que as mudanças promovidas resultariam em baixa suscetibilidade aos jogos políticos predatórios.

4.2 PROJETO URBE SEBRAE - COMUNIDADE CARANGUEJO TABAIARES

O caso do projeto URBE do Sebrae na comunidade de Caranguejo Tabaiars demonstrou-se essencial nas reflexões propostas por este trabalho, pois a localidade em questão está inserida em uma grande metrópole, assim como o caso da ORPAS, permitindo uma dialética comparativa interessante a ser realizada adiante neste presente trabalho.

O projeto URBE do Sebrae foi “um experimento para testar uma metodologia de promoção do desenvolvimento local na periferia de grandes centros urbanos” (PAULA, 2008, p.68), aplicado em sete localidades que atendessem determinados critérios de viabilidade.

Paula (2008), à época, Gerente da Unidade de Agronegócios e Desenvolvimento Territorial do SEBRAE Nacional, não define o projeto como um caso de sucesso. Mesmo que tenha sugerido aprendizados e determinadas vitórias pontuais de ações em algumas dessas localidades escolhidas, define “limites” que certamente contribuíram para a não continuidade do projeto que, também segundo Paula (2008), foi iniciado em 2003 e encerrado em 2004.

Toda análise reflexiva em cima deste caso baseou-se nos postulados de Rigo e Oliveira (2008), os quais citam que o projeto Urbes para a comunidade Caranguejo Tabaiars teve sua duração do início de 2004 até fins de 2005.

A comunidade fica situada na cidade de Recife e possui aparência típica de favela, com casas mal acabadas, infraestrutura sanitária de baixo grau, e um córrego poluído que a atravessa. A área foi reconhecida como “subdesenvolvida” pela Prefeitura da Cidade do Recife que a incluiu nas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), as quais são caracterizadas por “precárias condições de trabalho e infraestrutura urbana, problemas de meio-ambiente, educação, saúde, trabalho e renda, ou seja, faltam condições necessárias para que seus moradores vivam com dignidade” (RIGO; OLIVEIRA, 2008, p.3).

A partir do estudo desenvolvido por Rigo e Oliveira (2008) foi possível observar dois fatores primários decisivos para o insucesso do caso em questão.

Primeiro, pode-se afirmar que não houve colaboração do poder público no desenvolvimento local da comunidade. Segundo, foram observados indícios sobre a influência do Sebrae, aparentemente indesejada, na comunidade e seus líderes.

Conforme postulado, não houve participação efetiva do poder público no desenvolvimento local de Caranguejo Tabaiães. Pode-se avaliar que a prefeitura tinha responsabilidade por algumas iniciativas, mas somente iniciativas pontuais, como a própria escola do local e programas genéricos, como o Programa da Saúde da Família (RIGO; OLIVEIRA, 2008). Em um momento crucial em que foi necessário o envolvimento da prefeitura para tornar viável uma iniciativa importante de promoção da economia local e solidária, a mesma não deu sua contribuição. Neste sentido, cabe destacar:

É digno de nota que uma das grandes aspirações de Caranguejo Tabaiães (não concretizada) foi a construção de uma importante obra, o Centro Público de Economia Popular e Solidária, o qual iria servir de espaço físico para o beneficiamento do camarão pescado nos tanques da comunidade e para a realização dos cursos, oficinas e eventos oferecidos pelas entidades. Vale dizer que os recursos para financiar essa construção estavam assegurados numa parceria com a Prefeitura de Nantes (França). Entretanto, dependiam fundamentalmente de ações burocráticas de competência do poder público municipal recifense, que deixou de atender a prazos estabelecidos pelo governo federal (RIGO; OLIVEIRA, 2008, p.15).

A situação exposta ajuda enfatizar a atuação decisiva que o poder público pode ter na promoção do desenvolvimento local, cabendo aqui lembrar o caso de Rio das Flores, onde a prefeitura foi quem liderou todo processo de transformação do município. Vale lembrar que a mesma ofereceu subsídios para instalação de locais produtivos em Rio das Flores, enquanto que em Caranguejo Tabaiães, além da não construção do Centro Público de Economia Popular e Solidária, uma outra atividade de geração de renda proposta pelo projeto Urbe, também não chegou nem a ser iniciada: “Quanto ao grupo de marchetaria, nem mesmo chegou a se reunir, devido à dificuldades para conseguir um espaço onde realizar o curso, que exigia um local apropriado ao barulho e ao pó de madeira decorrentes das atividades” (RIGO; OLIVEIRA, 2008, p. 16).

Ainda sobre a ausência do poder público municipal, cabe destacar importante acontecimento que aparentemente trouxe preconceito da população em relação a projetos alternativos de desenvolvimento. Segundo Rigo e Oliveira (2008), já havia sido realizada uma tentativa mal-sucedida anterior ao projeto Urbes, no ano de 1999, na qual “a falta do cumprimento do

compromisso assumido pelo poder público municipal na época provocou significativa frustração da comunidade em relação às intervenções externas” (RIGO; OLIVEIRA, 2008, p. 18).

Já sobre a influência externa do Sebrae, avalia-se que, apesar de um ator como o Sebrae ser aparentemente necessário para instauração do desenvolvimento local neste caso, ao mesmo tempo, pode trazer risco ao projeto. Rigo e Oliveira (2008) destacam este risco ao citarem que o uso de agentes externos deve “despertar um papel que já existe dentro das comunidades, ao invés de tentar mudar as pessoas as quais se pretende beneficiar” (UPHOFF, 2003, p.141 apud RIGO; OLIVEIRA, 2008, p. 10).

Em todo caso, é importante observar que Rigo e Oliveira (2008) citam que as lideranças comunitárias participaram da definição das ações a serem tomadas na comunidade e indicaram suas prioridades, mas não fica evidenciado como deveria ser caso fosse considerado relevante pelo projeto Urbe, que eles tenham de fato decidido tais ações. Decidir por outrem pode revelar uma propensão à tentativa de mudar as pessoas ao invés de despertar papéis que já existam nelas mesmas.

Outro fato relevante que contribui para evidenciar esta questão é quando Rigo e Oliveira (2008) citam que as lideranças locais e representantes das instituições não marcavam presença efetiva nas reuniões do projeto, mostrando o baixo envolvimento de tais atores no projeto Urbe. Neste sentido, cabe ressaltar:

Dessa maneira, o baixo envolvimento das instituições também caracterizou esta iniciativa, cujo principal fato “desmotivador”, de acordo com os representantes de duas ONGs, foi a discordância em relação à metodologia do Sebrae/PE, que resolveu formar mais um espaço de discussão sem necessidade, visto que poderiam ser aproveitadas as reuniões da Comissão de Urbanização e Legislação da Posse da Terra (Comul), tradicionalmente realizadas e instituídas nas áreas ZEIS da Cidade de Recife (RIGO; OLIVEIRA, 2008, p.16).

Conclui-se então que, apesar de diversas lideranças e instituições locais caracterizarem um capital social que poderia se traduzir em excelente substância para o desenvolvimento da comunidade, a ausência do poder público gerou uma barreira significativa no processo de instauração do desenvolvimento local. Cabe destacar também que a influência de um agente externo coloca em risco a característica endógena a ser respeitada em um processo de instauração do desenvolvimento local, como poderá ser mais bem avaliado adiante, quando os casos em análise forem comparados.

Por fim, é importante destacar que o projeto Urbe Sebrae teve pouco tempo para amadurecer. Vale lembrar que trata-se de um trabalho de cunho essencialmente socio-econômico, mas também cultural e político, sem experiências anteriores em que se pudesse apoiar e que, portanto, requer tempo para trazer resultados. Neste sentido, cabe mencionar:

[...] pelo curto prazo em que se deu o processo de implementação do projeto Urbe, é plausível considerar que o tempo foi insuficiente para que as instituições – sobretudo algumas do poder público – também pudessem reverter a imagem negativa decorrente da forma como atuaram no processo, denotando que sua própria capacitação para promover o desenvolvimento, é realmente imperativa (RIGO; OLIVEIRA, 2008, p.20).

5 A EXPERIÊNCIA DA ORPAS

A ORPAS é uma ONG de cunho social que procura trazer impacto transformador positivo nas pessoas das regiões onde atua. Sua sede fica em São Paulo, no bairro Chácara Santana, região do Jardim São Luís, situada na periferia da zona sul da cidade. Este é seu principal local de atuação atualmente. Trata-se de uma região nitidamente pobre, de alta densidade demográfica, visual ocupação urbana desordenada, em topografia com predominância de morros, resultando em paisagem desfavorecida e dificuldade de acesso ao transporte público, além da natural distância entre o bairro e os centros onde se encontram uma maior disponibilidade de empregos. A ORPAS atua ainda na Argentina, realizando desta forma, uma de suas visões de futuro que é ser uma ONG de projeção internacional. Conforme pode ser encontrado em seu próprio site, a ORPAS se define como:

A ORPAS – Obras Recreativas, Profissionais, Artísticas e Sociais é uma Organização Social fundada em 2005 com o propósito de promoção humana e social com a intenção de promover a integração social da comunidade carente nas regiões onde atua, através da arte, cultura e da formação profissional, e vem se consolidando como um projeto de desenvolvimento local por meio dos programas de Microcrédito Sustentável e Moeda Social [...] (ORPAS, 2012).

A organização está entrando em seu oitavo ano de atuação em 2013, tendo atendido desde então mais de mil pessoas, e atualmente atende mais de trezentas em São Paulo e em Córdoba, Argentina (ORPAS, 2012).

A fim de melhor expôr as iniciativas e os impactos positivos gerados pela ONG em questão, dividiu-se em itens subsequentes os seguintes conteúdos: i. Principais iniciativas da ORPAS; e ii. Análise crítica à luz dos modelos DL/DLIS.

5.1 PRINCIPAIS INICIATIVAS DA ORPAS

Conforme entrevista concedida pelo presidente-fundador da ONG, Daniel Neves de Faria, em 11/12/2012, a denominação “iniciativas” da ORPAS tem sua razão de ser. Como ele mesmo destaca, a ONG não possui projetos, mas sim, iniciativas, pois trata-se de um lugar onde se faz conforme necessidade e demanda da própria comunidade.

Em folheto promocional da ONG (ORPAS, 2012), pode-se verificar as iniciativas destacadas no quadro abaixo:

Quadro 2 – Iniciativas ORPAS

Nome da iniciativa	Descrição
Programa Cultura Para Todos e Oficinas	Diversos cursos tais como teatro, dança, inglês, espanhol, percussão, jiu-jitsu e criatividade.
Programa Jovens Empreendedores	Formação em sustentabilidade, ética e transformação social, através de atividades como intervenções práticas, produção literária e sessões de mentoring.
Informática Para Todos	Inclusão digital através de aulas de informática, lan house e oficinas diversas. Projeto apoiado pelo CDI (Comitê para Democratização da Informática) em conjunto com a Dell.
Microcrédito Sustentável	Para mulheres sem renda ou de baixa renda, fomentando início de atividades empreendedoras com geração de renda ou para melhorias de seus negócios.
Jovem Aprendiz ORPAS	Encaminhamento de jovens e adolescentes ao mercado de trabalho.
Moeda Social ORPAS	Fortalece as mulheres empreendedoras e o comércio local, fazendo com que os recursos permaneçam na comunidade.
Programa de Intercâmbio	Voluntários de várias partes do mundo (Egito, México, EUA, Colômbia, Peru, outros), ingressam na ORPAS para apoiar o desenvolvimento das iniciativas.
Palestras e apresentações	Apresentações de percussão, coral, dança, teatro e palestras diversas em eventos empresariais, culturais e sociais.
Orientações jurídicas e psicológicas à comunidade	Orientações jurídicas e psicológicas à comunidade.

Fonte: Elaboração a partir de ORPAS (2012).

Como se pode observar, as iniciativas não possuem necessariamente uma ligação proposital entre si, mas cada uma delas existe ou porque houve uma demanda clara da comunidade (ORPAS, 2012), ou porque alguma parceria permitiu que existisse a partir da cessão de equipamentos ou recursos financeiros, sendo o primeiro destes dois motivos o prioritário. Importante destacar que a detecção desta demanda da comunidade é algo muito natural para eles, porque as pessoas que estão na liderança da organização, são pessoas da própria comunidade.

5.2 ANÁLISE CRÍTICA À LUZ DOS MODELOS DL/DLIS

Vários aspectos desta iniciativa podem ser explorados à luz do conceito de desenvolvimento local e DLIS, porém, algo que realmente pode-se destacar no caso da ORPAS é a força que um processo endógeno bem conduzido pode ter. Trata-se de um caso em que a iniciativa partiu, é mantida e liderada pela própria comunidade. Reforça esta evidência o fato de que sua

Missão, Visão, e Valores, foram elaboradas das próprias crianças, adolescentes, colaboradores, pais e direção da ORPAS. Além disso, conforme já citado, as pessoas que ocupam cargos de liderança e coordenação na ONG são todas da comunidade. Destaca-se a importância do envolvimento da comunidade nas iniciativas através das palavras do presidente-fundador da ONG:

[...] É insano alguém tentar desenvolver alguma coisa sem envolver o público. Quando se fala em periferia, qualquer um que tenha um diploma debaixo do braço, acha que sabe o que a gente precisa. Isso é de uma ignorância e falta de humanidade absurda. A pessoa é pobre, não é burra. (FARIAS, entrevista, 11/12/2012)

Verifica-se então, na prática, a validade dos postulados de Franco (2000) e Rocha (2012) sobre a importância da inclusão das pessoas no processo de transformação. Observa-se também que a importância de um projeto ter a característica “endógena”, não deriva somente do fato das pessoas que vivem na localidade terem mais condições de saber quais são os problemas, mas também da questão de respeito que elas merecem, algo que não é nitidamente encontrado nas teorias, mas que é claramente observável nesta experiência da ORPAS.

Outro aspecto importante da ORPAS é a capacidade que possui em formar parcerias, especialmente com o setor privado, o que mostra seu potencial para fortificar e expandir iniciativas, tornando a ONG mais “integrada” com as possibilidades que chegam somente de fora do local onde a comunidade atua, o que é muito importante, uma vez que:

[...] muitas vezes o próprio território tem dificuldades e limites em dinamizar sua economia, pois não são autosuficientes, precisando se relacionar com outros territórios (outras empresas) e estabelecer trocas que possibilitem o seu desenvolvimento (MELO NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2006 apud SANTANA; GUSMAN, 2012, p. 8)

Neste sentido, possivelmente, um dos exemplos mais evidentes nas iniciativas da ORPAS é a parceria com a CDI (Comite para Democratização da Internet) e a empresa Dell, por meio das quais se promove a inclusão digital com aulas de informática, lan house e oficinas diversas.

Por fim, é necessário observar que, apesar desta experiência demonstrar força através do empoderamento da comunidade, ressaltando-se a característica endógena neste caso, um local como este não possui uma “vocação natural” (FRANCO, 2000) que possa ser aproveitada, como o turismo em Rio das Flores, ou o camarão em Caranguejo Tabaiães. Apesar da ORPAS possuir e desenvolver suas potencialidades humanas e sociais, as pessoas não encontram facilidade em aplicá-las no âmbito local, assim como não há atrativos para atrair público externo que possa contribuir com a dinamização da economia local. Sendo assim,

como se observa nas iniciativas da ORPAS, os esforços acabam concentrando-se em projetos de microcrédito e moeda social, que ajudam a dinamizar a economia local através de geração de emprego e renda, mas que apresentam uma limitação em comparação a uma cidade, ou a uma localidade qualquer que tenha tais vocações naturais.

6 APRENDIZADO DAS EXPERIÊNCIAS NACIONAIS – QUADRO SÍNTESE

Conforme anteriormente postulado, Franco (2000), sugere um conjunto de práticas tal que um modelo possa ser reconhecido como DLIS, mas não aponta quais iniciativas contribuem para o aspecto “integrado”, tampouco para o “sustentável” - na verdade, como já mencionado, o autor utiliza o termo “sustentável” na sigla DLIS porque acredita que tal modelo, idealmente falando, poderia de fato contribuir para a construção de uma sociedade sustentável.

Entretanto, ao percorrer as experiências analisadas, foi possível perceber que determinadas condições contribuíam para que tais experiências fossem mais fortes nos aspectos “integrado” ou “sustentável”. É necessário destacar, contudo, que o enquadramento teórico proposto, foi válido para a análise exclusiva destes três casos, não configurando uma sugestão teórica genérica para casos quaisquer de DLIS.

Tal enquadramento teórico, conforme indicado no item metodologia, culminou em uma ferramenta de análise aqui chamada de “quadro-síntese”, a qual facilitou a aplicação do método comparativo (VERGARA, 1998).

Para apresentar o quadro-síntese em questão é preciso, antes de mais nada, trazer a teoria DLIS para uma visão mais prática, já que se trata da utilização de uma teoria aplicada em casos reais.

Primeiramente, é importante resgatar o que possibilita o desenvolvimento local. Franco (2000), postula que as localidades possuem potencialidades que podem ser dinamizadas. Por exemplo, uma cidade com potencial turístico pode explorá-lo com vistas a dinamizar sua economia local. Todavia, isso não poderá ocorrer caso não haja pessoas capacitadas para promover o turismo na cidade. Ou seja, um determinado local pode possuir potencialidades naturais e humanas que, dinamizadas, possibilitam trazer desenvolvimento ao local de interesse. É importante destacar também que o desenvolvimento das potencialidades naturais e humanas por si só podem trazer impacto positivo na economia local, mas há iniciativas isoladas ou complementares que podem fazer sentido dependendo do contexto da localidade, e que contribuem com a economia local, como por exemplo, microcrédito e moeda social.

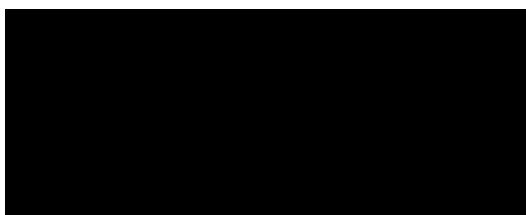
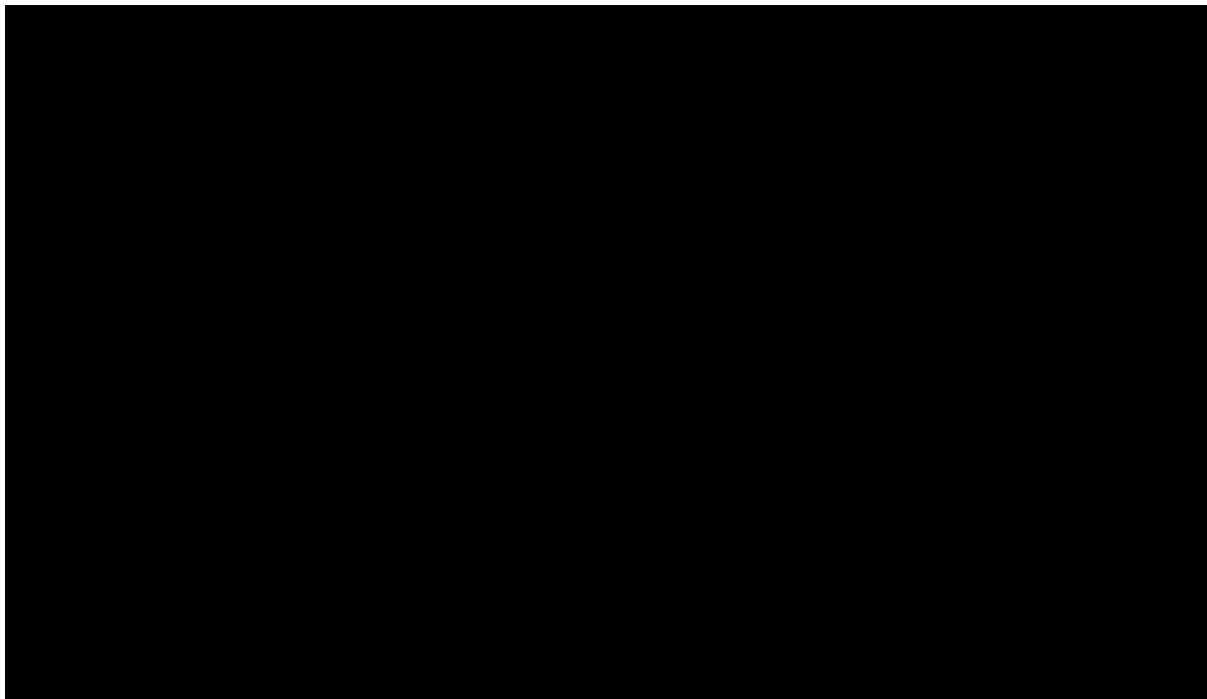
Já o termo “integrado” do modelo DLIS, será utilizado para designar o quanto o projeto de desenvolvimento local é integrado com outras iniciativas, setores e organizações, fora do âmbito local. Isto se demonstra essencial, “já que muitas vezes o próprio território tem

dificuldades e limites em dinamizar sua economia, pois não são autosuficientes, precisando se relacionar com outros elementos (outras empresas) e estabelecer trocas que possibilitem seu desenvolvimento” (MELO NETO SEGUNDO E MAGALHÃES, 2006, p.26 apud SANTANA; GUZMAN, 2012, p.8). Fica evidente então que um determinado espaço socioterritorial possui suas limitações, tanto em termos de potencialidades naturais, quanto humanas, e que estar integrado, ou “conectado” à possibilidades existentes fora de sua unidade socioterritorial é algo necessário.

Quanto à vertente “sustentável” do modelo DLIS, no enquadramento aqui proposto, dirá respeito a quanto o projeto de desenvolvimento local em si é sustentável. Neste sentido, caberá sempre um julgamento pelo viés financeiro, pois todo projeto precisa de recursos para manter-se. Contudo, aqui se sugere desprezar a variável financeira para focar a avaliação em um sentido mais humano, mais prático, como se observou nas experiências, em especial na ORPAS. Trata-se da questão endógena, ou seja, como a iniciativa teve seu início e sua manutenção considerando o respeito com as pessoas do local, com vistas a torná-la a mais perene possível - ou sustentável. Neste sentido, Rattner (1998) sugere novos estilos de auto-gestão e ação coletiva como uma importante dimensão do processo de transformação social. É importante destacar o peso que a “auto-gestão” e a “ação coletiva” podem representar na prática, pois são aspectos que tem a ver com o respeito à comunidade local, no sentido de que se possa permitir que tal comunidade seja seu próprio agente transformador, e é isso que se entenderá como “sustentável” em um projeto de DLIS nesta presente análise.

Posto a teoria DLIS em uma visão mais prática, e tendo sido justificado este enquadramento teórico, segue o quadro-síntese:

Quadro 2 – Quadro síntese



Fonte: elaborado pelo autor.

Fica nítido através da análise do quadro acima que enquanto na ORPAS e Rio das Flores muitos aspectos foram preenchidos, em URBES/Caranguejo Tabaiars, poucos estavam presentes ou não foi possível avaliar, o que justifica o insucesso do projeto. De toda forma, a análise separada entre desenvolvimento local, integrado, sustentável e outros, contribui com algumas conclusões.

Primeiramente, destaca-se que Rio das Flores é um local privilegiado por poder desenvolver uma potencialidade natural, no caso, o turístico. Esta potencialidade não é encontrada, ao menos facilmente, na comunidade onde a ORPAS atua, enquanto que em Caranguejo Tabaiars, conforme postulado por Rigo e Oliveira (2008), esta potencialidade existia (beneficiamento do camarão), mas devido à não colaboração do poder público, não pode se desenvolver.

Já quanto ao desenvolvimento das potencialidades humanas, isto é algo claramente encontrado nos casos ORPAS e Rio das Flores, e em especial, neste último caso, vis-à-vis os números reportados sobre a evolução da educação na cidade, além de não faltarem exemplos de projetos de capacitação em turismo.

Fechando os itens de análise de desenvolvimento local, quando se olha para “outras iniciativas” voltadas para a economia local, na ORPAS isto é claramente presente, haja visto duas iniciativas importantes como o microcrédito e a moeda social, sendo a primeira delas, voltada ao fomento do empreendedorismo, e a segunda, com o objetivo de fortalecer o comércio local (ORPAS, 2012). Tais iniciativas não são encontradas em Rio das Flores, o que não significa ser um problema ou uma oportunidade não aproveitada. Cada localidade tem seu contexto. Conforme postulado, em Rio das Flores, há macro fatores que fortalecem a economia local, em especial, o aproveitamento da sua potencialidade natural, o turismo. Não obstante, é necessário destacar que a prefeitura, neste caso de Rio das Flores, promoveu outras iniciativas que pudessem potencializar o desenvolvimento da sua economia local à parte da questão do turismo, como por exemplo quando cede terrenos para a realização de outras atividades econômicas como o artesanato (FRARE; SUCUPIRA, 2005).

Focando a parte do quadro onde se encontram os aspectos “integrado”, cabe destacar o caso de Rio das Flores, pois o projeto de desenvolvimento local foi liderado pelo próprio poder público, o que nitidamente facilitou todo este processo de integração. Além disso, neste município foi possível perceber a presença de todos setores da sociedade, por vezes trabalhando em conjunto para um mesmo propósito como o caso citado dos alunos dos cursos de capacitação de costura industrial, que eram dirigidos para o trabalho em duas confecções do próprio município, para lá atraídas graças a subsídios oferecidos pela prefeitura. Já no caso da ORPAS, também foi destacada sua capacidade de trabalhar parcerias com o setor privado, como exemplo as parcerias com a Dell e CDI, procurando alavancar o desenvolvimento das potencialidades humanas, enquanto que o programa de Microcrédito Sustentável, que foi uma parceria com o Banco Santander (ORPAS, 2012), procurou fomentar o empreendedorismo e consequentemente geração de renda.

Não obstante, é necessário destacar que “integrar” as ações aparentou ser o principal objetivo do projeto URBE/Sebrae, ao menos no caso de Caranguejo Tabaiães, onde já se encontrava um determinado “capital social” (RIGO; OLIVEIRA, 2008). O problema é que esta integração aparentemente não respeitou a questão endógena, uma característica que se

mostrou de grande importância, especialmente no caso da ORPAS. Em outras palavras, o Sebrae como agente integrador externo à comunidade, parece não ter sido bem recebido, o que pode realmente ter sido um dos pontos-chave para o insucesso do projeto. Corroborando esta hipótese do risco que se tem quando um ator externo à comunidade tenta se empoderar da liderança do desenvolvimento local, destaca-se que “quem sabe o que é necessário, é a própria comunidade” (FARIAS, entrevista, 11/12/2012).

Tal questão endógena, especialmente verificada na ORPAS, segundo a proposição deste trabalho, é a tradução genérica do aspecto “sustentável” das iniciativas DLIS, em que se observam aspectos como a presença de auto-gestão e da ação coletiva. Como já citado, a ORPAS é uma instituição que nasceu na própria comunidade, tendo sua Missão, Visão, e Valores, elaboradas pelas próprias crianças, adolescentes, colaboradores, pais e direção da ONG. Neste sentido, cabe também menção a Rio das Flores que, apesar de tratar-se de um município, criou formas de participação da sociedade no planejamento e controle das ações. Ou seja, não importa se é uma comunidade na periferia de São Paulo ou um município no interior do Rio de Janeiro. O que importa é a inclusão das pessoas no processo para que seja “de dentro pra fora”, ou seja, endógeno.

Por fim, mas não menos importante, é necessário destacar a presença da visão de médio/longo prazo nos casos ORPAS e Rio das Flores. É de conhecimento tácito que o tempo ajuda nos processos de aprendizagem, e que tal aprendizado, corretamente aplicado, traz resultado. Não parece ser razoável que iniciativas de DLIS, com sua reconhecida complexidade, possa ser implementada e avaliada em curto prazo, como ocorreu com o projeto URBES/Sebrae. Não é possível afirmar, nem mesmo por enquanto, que seja possível encontrar um “modelo ótimo”, pois não se trata de um modelo matemático linear, mas algo que envolve questões geográficas, demográficas, humanas e sociais, políticas, econômicas e culturais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário considerar, antes de mais nada, que Rio das Flores é uma cidade bem distinta de São Paulo, onde a ORPAS desenvolve suas principais atividades, que por sua vez é distinta de Recife, cidade onde se encontra a comunidade Caranguejo Tabaiaries. Também faz-se necessária a observação de que a ORPAS atua em uma comunidade na periferia de uma metrópole (São Paulo), enquanto que Rio da Flores é uma cidade do interior do Rio de Janeiro com aproximadamente oito mil habitantes. Considerando estas diferenças, será que de fato cidades como São Paulo podem se beneficiar deste modelo DLIS? A avaliação final deste trabalho sugere que sim.

Primeiramente, destaca-se que Rio das Flores continua a ser um caso de sucesso, pelo menos até 2010, pois dados do IBGE (2010) confirmam um crescimento sustentável do seu PIB - alavancado pelo setor de serviços - em tempo posterior às informações qualitativas dos postulados de Frare e Sucupira (2005). Já a ORPAS mantém sua atuação há cerca de oito anos, e ainda que não tenha escala de atuação, o seu impacto positivo é claramente observável nas experiências presenciais.

Ao avaliar os aprendizados das três experiências percorridas neste trabalho, podemos colocar, de um lado a ORPAS, com uma característica endógena muito forte, o que é, muito possivelmente, seu principal fator de sucesso; e de outro lado o caso de sucesso de Rio das Flores, com o grande destaque sobre a capacidade que o poder público possui em liderar um processo de desenvolvimento local, integrando esforços multi-setoriais que de fato possam se traduzir em uma melhor qualidade de vida para as pessoas. No meio dessas duas experiências, há o caso de insucesso do Sebrae em Caranguejo Tabaiaries, no qual a questão endógena não foi respeitada e a ausência do poder público minou as possibilidades de desenvolvimento do local, o que corrobora a importância desses dois aspectos.

A principal consideração deste trabalho é que o caminho para que o DLIS seja uma realidade em grandes metrópoles como São Paulo pode estar na junção das boas práticas encontradas nesses dois casos de sucesso de características distintas. Parece ser uma boa fórmula: respeitar o processo endógeno e ao mesmo tempo, através de iniciativas públicas, apoiar estas micro-localidades, tanto com recursos que permitam dinamizar suas potencialidades locais, quanto contribuindo para que o modelo possa ser replicado, de forma também endógena, em outras comunidades. Vale destacar que não se pode forçar um processo de crescimento de uma ONG

como a ORPAS, uma vez que, considerando um processo endógeno, essa decisão deve ser deles próprios. Por um outro lado, se o seu modelo for replicável (FERRATONI, 2013) – e esta replicabilidade poderia ser potencializada pelo poder público - esta questão teria uma boa chance de se resolver. Contribui com esta conclusão, a seguinte afirmação:

De certa forma, as ações são necessárias, e extremamente úteis. O que não se pode descuidar, é do fato de que este acúmulo progressivo de forças deverá se consolidar através de medidas mais amplas em outros níveis de poder (DOWBOR, 2002, p.49).

Rocha (2012) destaca que pensar em desenvolvimento em uma escala micro requer construção coletiva, mas o desenvolvimento em escala macro, utilizando-se do desenvolvimento local, como é sugerido aqui, também requer esta coletividade: é o primeiro setor apoiando o desenvolvimento local, no qual se encontram instituições do terceiro setor autônomas, que por sua vez realizam trocas positivas com o setor privado.

As experiências analisadas mostram que o modelo DLIS é possível de ser aplicado caso a caso; ou seja, em se considerando a particularidade de cada unidade socioterritorial delimitada, o desenvolvimento local, estabelecido da melhor forma possível – quer dizer, integrado e sustentável - pode se tornar uma realidade. Sugere-se então que este modelo possa ser tomado como solução alternativa e complementar a qualquer modelo de desenvolvimento que quaisquer cidades estejam adotando, mesmo que ainda não haja uma fórmula perfeita para o DLIS, por que, afinal, o que é a perfeição em termos de modelo de desenvolvimento? A humanidade esté procurando até agora, então parece soar bem algo que concorra positivamente em uma via paralela, convergente à utopia humana de desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

DOWBOR, Ladislau. A comunidade inteligente: visitando as experiências de gestão local. In: SPINK, Peter; BAVA, Silvio Caccia; PAULICS, Veronika. **Novos contornos da gestão local: conceitos em construção**. São Paulo: Fgv-eaesp, 2002. p. 33-49.

FARIA, Daniel Neves de. [s.n.]. [s.n.], São Paulo, 11 de dezembro de 2012. Gravação eletrônica em celular. Entrevista concedida a Douglas Carvalho de Oliveira.

FERRATONI, Daniel. **O jargão da vez: Escalável**. Next Billion. [s.l.], 6 fev. 2013. Disponível em: <<http://brasil.nextbillion.net/blogpost.aspx?blogid=2935>>. Acesso em: 23 fev. 2013.

FRANCO, Augusto de. **Porque precisamos de Desenvolvimento Local Integrado Sustentável**. 2. ed. Brasília: Instituto de Política, 2000. 116 p.

FRARE, Irineu; SUCUPIRA, Luciana. Programa município sustentável. In: TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho; GODOY, Melissa G. de; CLEMENTE, Roberta (Org.). **20 experiências de gestão pública e cidadania**. São Paulo: [s.n.], 2005. cap.14, p.125-134.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto dos Municípios 1999-2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=330450>. Acesso em: 03 mar. 2013.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994. 116 p.

MEDEIROS, Amanda Cristina; CUNHA, Eduardo Vivian; MATOS, Marluse Martins de. Economia solidária e desenvolvimento local: a prática dos empreendimentos econômicos e solidários na região do cariri cearense. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 6., 2012, São Paulo. **Anais....** [s.l.]: [s.n.], 2012?. p. 1 - 20. Disponível em: <https://docs.google.com/open?id=0B_pkh7_wEAEQVcyejVqSDVLQkU>. Acesso em: 28 mai. 2012.

ORPAS (São Paulo). **Institucional**. Disponível em: <<http://orpas.com.br/institucional.aspx>>. Acesso em: 11 dez. 2012.

ORPAS. **Folheto institucional**. São Paulo: ORPAS, 2012. 4p. (Folheto)

PAULA, Juarez de. **Desenvolvimento local: Textos selecionados**. Brasília: Sebrae, 2008. 79 p. Disponível em: <[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/62FD7701935AA11183257543006CA050/\\$File/NT0003DBAA.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/62FD7701935AA11183257543006CA050/$File/NT0003DBAA.pdf)>. Acesso em: 28 ago. 2012.

PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LOS ASENTAMIENTOS HUMANOS (Kenia). **Estado de las ciudades de américa latina y el caribe 2012: Rumbo a una nueva transición urbana**. Nairobi, 2012. 196 p. Disponível em: <http://www.onuhabitat.org/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=816&Itemid=18>. Acesso em: 15 nov. 2012.

RATNNER, Henrique. Globalização e Pobreza. In: RATNNER, Henrique. **Liderança para uma sociedade sustentável: Globalização versus ação local, Tecnologia e desenvolvimento para todos? A busca de um modelo alternativo**. São Paulo: Nobel, 1998. Cap. , p. 88-93.

RIGO, Ariádne Scalfoni; OLIVEIRA, Rezilda Rodrigues. Capital social, desenvolvimento local e stakeholders: o caso do projeto Urbe do Sebrae. **Cadernos Ebape.br**, [s.l.], n. , p.1-24, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cebape/v6n2/v6n2a11.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2012.

ROCHA, Tião. Por um setor zero. **Página 22**, São Paulo, n. 66, p 16-20, agosto 2012. Entrevista concedida a Leticia Freire e Thaís Herrero.

SANTANA, Clarisse Almeida de.; GUZMÁN, Ivonne Paola Requena. Efeitos preliminares do uso das moedas sociais circulantes locais na ação dos bancos comunitários de desenvolvimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 6., 2012, São Paulo. **Anais....** [s.l.]: [s.n.], 2012?. p. 1 - 22. Disponível em: <https://docs.google.com/open?id=0B_pkh7_wEAExMVgwT1NPUEF5T2M>. Acesso em: 22 mai. 2012.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998. 84 p.

ANEXO A – Questionário de Entrevista ORPAS

Institucional

- Como e quando surgiu a ORPAS?

O local

- Qual o nome do bairro ou comunidade e qual a abrangência do local?
- Qual o perfil das pessoas que aqui vivem?
- Existe alguma característica histórica sobre a população dessa comunidade?

Desenvolvimento Local

- Quais são os projetos que a ORPAS desenvolve, atualmente?
- Houve algum projeto no passado que não deu certo? Por quê?
- Houve algum(ns) projeto(s) que você entende que deu (deram) mais certo? Por quê?
- Qual o projeto que teve mais impacto na comunidade? É possível avaliar desta forma? (se você tivesse hoje, 10 mil reais para investir e tivesse que escolher um projeto, seria possível fazer uma escolha dessas?)
- Como se define os tipos de projetos que a ORPAS irá atuar?
- A ORPAS possui algum objetivo de atingir determinada quantidade de pessoas na comunidade? Vocês se importam com essa “quantidade” de pessoas que a instituição possa atingir?
- Sobre a moeda ORPAS:
 - Qual o objetivo da moeda? Quando surgiu?
 - Atualmente há parceria com quantos estabelecimentos?
 - Quais são as principais dificuldades para que uma moeda local contribua efetivamente com o desenvolvimento local?

Sustentável

- Como foi definida a missão e visão da organização?
- Como são definidas as pessoas que coordenam e lideram as atividades da ORPAS?
- Como funciona essa coisa de um bairro/comunidade ser “seu próprio agente social”? – relatório trimestral, relato NH3. Qual a estratégia de implantação da ORPAS Argentina? Como isso surgiu?
 - Se não abordado: é importante que a própria comunidade erga as bases para construção do projeto? Isso é realmente relevante? A ORPAS “Brasil” chega lá com uma espécie de “guia”, ou com políticas definidas?
- O que é feito em termos de comunicação das atividades da ORPAS para a comunidade? Existe esta intenção? Como as pessoas chegam até aqui?

Integrado

- Pelo último relatório trimestral que li, pude ver uma parceria com a CDI e Dell para os laboratórios de informática. Poderia citar outras iniciativas da ORPAS que foram, ou que ainda são em parceria, ou de alguma forma integrada com a iniciativa privada?

- E com o primeiro setor (prefeitura/governos)?
- Como foram essas experiências de parcerias? Quais são os prós e contras (deste tipo de parceria)? Trouxe contribuição significativa?
- O que falta para esse tipo de parceria ser mais sólida?
- Há outras ONGs locais que atuam para o desenvolvimento da comunidade? Já houve interação com alguma delas?
- Recentemente houve o lançamento de uma empresa da ORPAS, é isso? Poderia me dizer um pouco sobre essa iniciativa?